

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 29 de novembro de 2024 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

<b>Toffoli inicia votação e critica imunidade de redes .....</b>	<b>3</b>
<small>POLÍTICA</small>	

O Globo | BR

Direitos Autorais

<b>Órgão antitruste dos EUA abre investigação contra a Microsoft .....</b>	<b>5</b>
<small>ECONOMIA   NEW YORK TIMES</small>	

Propriedade Intelectual

<b>Projeto que regula IA deve ser votado na semana que vem .....</b>	<b>7</b>
<small>ECONOMIA   DANIEL GULLINO</small>	

Marco Civil

<b>Moraes 8/1 expõe falência de modelo das plataformas .....</b>	<b>9</b>
<small>POLÍTICA</small>	

Folha de S. Paulo | BR

Marco Civil

<b>Governo altera posição no STF e pede derrubada de artigo do Marco Civil .....</b>	<b>11</b>
<small>POLÍTICA</small>	

Folha.com | BR

28 de novembro de 2024 | Pirataria | Biopirataria

<b>COP16 da biodiversidade será retomada em fevereiro em Roma .....</b>	<b>13</b>
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS</small>	

G1 - Globo | BR

28 de novembro de 2024 | Direitos Autorais

<b>STF suspende sessão sem apresentar votos sobre responsabilidade das redes por postagens de usuários .....</b>	<b>15</b>
<small>GLOBO REPÓRTER   FERNANDA VIVAS</small>	

# Toffoli inicia votação e critica imunidade de redes

POLÍTICA

GUSTAVO MORENO/OIF



Para Toffoli, Marco Civil aprovado em 2014 precisa ser atualizado

Relator em uma das ações na Corte, ministro defende o endurecimento de regras previstas no **Marco Civil da Internet**

RAYSSA MOTTA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem o endurecimento de regras previstas no **Marco Civil da Internet** para ampliar a responsabilidade das plataformas por conteúdos publicados pelos usuários. O assunto está em debate no último grande julgamento do ano no STF. Toffoli é relator de um dos processos pautados sobre o tema. O julgamento foi interrompido antes da leitura do voto, que será retomado na próxima semana. O ministro, contudo, sinalizou que vai sugerir mudanças nas normas em vigor. O **Marco Civil da Internet** foi aprovado pelo Congresso em 2014. Para Toffoli, a legislação precisa ser atualizada por causa das "transformações sociais, culturais, econômicas e políticas provocadas pelas tecnologias e pelos novos modelos de negócios" criados a partir delas. Há projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado que propõem reformas no texto.

"Não se pode mais ignorar a necessidade de sua atua-

abpi.empauta.com

lização, especialmente no que concerne ao regime de responsabilidade dos provedores de aplicação", defendeu o ministro relator. "Tal necessidade fica mais evidente quando se tem em conta os riscos sistêmicos ao próprio direito à liberdade de expressão, aos direitos fundamentais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, ao princípio democrático, ao estado de direito, à segurança e à ordem pública."

Atualmente, as plataformas só podem ser punidas por publicações se descumprirem ordens judiciais para tirá-las do ar. Toffoli afirmou que esse sistema criou uma "imunidade legal" indevida às empresas de tecnologia.

Ontem, advogados do Facebook e do Google apresentaram seus argumentos a favor das regras como estão. As empresas consideram uma "armadilha" receber a responsabilidade pelo que publicam os usuários. Essas plataformas projetam que a mudança criaria incentivos à remoção automática de publicações controversas e, em última instância, à censura prévia nas redes sociais. Uma das preocupações é diferenciar, na prática, o que é reprovável do que é criminoso, o que vai além dos termos de uso contratuais.

Quando o **Marco Civil da Internet** foi aprovado, há dez anos, essa foi a visão dominante no Congresso. Havia um receio em torno dos efeitos que a responsabilização das plataformas, antes de decisão judicial, poderia causar. O Poder Judiciário foi alçado a árbitro das redes justamente para evitar que provedores fizessem juízo de valor sobre publicações. Parlamentares viam com desconfiança o empoderamento das empresas de tecnologia e projetavam um risco de censura colateral.

ATENTADOS. Os atos golpistas do 8 de Janeiro e o atentado a bomba próximo ao STF foram usados pelos ministros Alexandre de Moraes e Carmen Lúcia para fazer críticas às redes sociais por permitirem a

Continuação: Toffoli inicia votação e critica imunidade de redes

circulação de publicações antidemocráticas. Eles ainda não votaram no julgamento.

Moraes também criticou as empresas de tecnologia por não removerem prontamente os conteúdos publicados pelos golpistas e afirmou que elas agiram assim por interesses econômicos. Moraes ainda defendeu que as redes sociais podem replicar, de forma ampla, o sistema que já vem sendo usado para

combater a pornografia infantil, a pedofilia e a violação de **direitos** autorais.

---

*Para PURRA, Fiasco Gil aprovado em TUM precisa ser atualizado*

# Órgão antitruste dos EUA abre investigação contra a Microsoft

ECONOMIA



**Reguladores** querem da empresa informações sobre seus produtos de computação em nuvem, IA e segurança cibernética

Do New York Times WASHINGTON

A Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos (FTC, na sigla em inglês) abriu uma investigação para saber se a Microsoft violou a lei antitruste do país em vários segmentos de seus negócios, de acordo com duas pessoas familiarizadas com o inquérito. É a mais recente investida do governo para controlar as gigantes da tecnologia.

A agência enviou recentemente uma solicitação formal de informações à empresa, perguntando sobre seus produtos de computação em nuvem, inteligência artificial (IA) e segurança cibernética, disseram essas fontes.

A FTC tem interesse especial na maneira como a Microsoft agrupa suas ofertas de computação em nuvem com produtos de software de escritório e segurança, juntamente com seu crescente poder no segmento de IA.

O Azure, seu serviço de computação em nuvem, tor-  
abpi.empauta.com

nou-se líder de mercado. A Microsoft é a maior investidora na OpenAI, criadora do ChatGPT, e vende acesso aos sistemas da startup por meio do Azure.

O New York Times processou a OpenAI e a Microsoft, sob o argumento de violação de **direitos** autorais de conteúdo de notícias relacionado a sistemas de IA. As duas empresas negam.

**FALHA GLOBAL** A Microsoft foi recentemente criticada por falhas de sistema que ressaltaram seu papel central na infraestrutura da **internet**. Em julho, uma atualização da empresa de segurança cibernética CrowdStrike travou computadores que usavam o sistema operacional Windows em todo o mundo. Antes disso, hackers chineses obtiveram acesso a contas de e-mail do governo americano por meio da segurança em nuvem da Microsoft.

Como parte da investigação, a FTC está analisando como a Microsoft lida com **licenças** para software usado na nuvem, segundo as fontes.

Uma declaração anterior da agência sobre computação em nuvem citou especificamente uma queixa da NetChoice, um grupo da indústria que representa os provedores de nuvem concorrentes Google e Amazon. A empresa acusava a Microsoft de prender os clientes em seus serviços de computação em nuvem ao alterar os termos sob os quais eles poderiam usar produtos como o Office.

Se os clientes quisessem usar outro provedor de nuvem em vez da Microsoft, eles teriam de comprar **licenças** de software adicionais e pagar uma multa, disse a NetChoice.

A Microsoft há muito tem domínio. A gigante do software é criticada por agrupar seus serviços, dificultando que clientes optem por rivais e enfrenta

Continuação: Órgão antitruste dos EUA abre investigação contra a Microsoft

críticas por agrupar seus produtos de forma a bloquear a concorrência. Reguladores da União Europeia disseram, este ano, que a empresa violou regras antitruste ao agrupar o Teams, de videoconferência, com ferramentas do pacote Office, como Excel e Word.

A FTC também está investigando os investimentos e a conduta da Microsoft em seus negócios de IA, disseram as fontes. Além de trabalhar com a OpenAI, a Microsoft incorporou a IA em muitos de seus produtos, incluindo seu buscador, o Bing.

Os reguladores americanos estão examinando a IA com lupa. A FTC e o Departamento de Justiça dos EUA chegaram a um acordo para dividir a responsabilidade de analisar questões relacionadas à tecnologia. A FTC ficou encarregada de Microsoft e OpenAI, enquanto o Departamento de Justiça concordou em analisar a Nvidia, fabricante de chips cruciais para executar programas de IA generativa.

CHEGOU TARDE?

Em janeiro, a FTC também iniciou uma ampla investigação sobre parcerias estratégicas entre gigantes da tecnologia e startups de IA, incluindo o investimento da Microsoft na OpenAI. Essa parceria levantou questões se teria sido estruturada de modo que a Microsoft evitasse uma revisão regulatória.

No Vale do Silício, há quem ache que a mudança veio tarde demais para manter a competitividade.

- Como sempre, os reguladores são especialistas em fechar a porta do celeiro depois que os cavalos já fugiram - disse Venky Ganesan, um parceiro de investimento da Menlo Ventures, que financia uma ampla gama de startups, incluindo de inteligência artificial.

Microsoft e FTC não quiseram comentar. A Bloomberg News e o Financial Times relataram antes os detalhes da investigação.

-----

# Projeto que regula IA deve ser votado na semana que vem

ECONOMIA

**Nova** vídeo altera critérios para resumos de confinados e sutis critérios para comunicação de alto risco

DANIEL GULLINO danielgullino@bsb.gov.br

O deputado Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto de lei que regulamenta o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial (IA) no Brasil, apresentou ontem uma nova versão de seu relatório, na qual mantém a previsão de remuneração de conteúdo para empresas pelo uso de suas obras. A forma de cálculo, porém, foi alterada. A nova versão do texto estabelece mais critérios para o cálculo da remuneração. Devem ser levados em consideração "os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade", além de "a complexidade do sistema de IA desenvolvido", "o grau de utilização dos conteúdos" e "o valor relativo da obra ao longo do tempo", entre outros.

A versão anterior, de julho, considerava somente "o poder econômico do agente de IA, o grau de utilização dos conteúdos e os efeitos concorrenciais dos resultados em relação aos conteúdos originais utilizados."

## PRAZO MAIOR PARA STARTUPS

Outra mudança foi que as empresas classificadas como startups passam a ter um prazo diferenciado para pagar essa remuneração. Além disso, o princípio de proteção aos **direitos** autorais foi reforçado ao ser acrescentado aos fundamentos da regulação, em um trecho que antes falava apenas da **propriedade** intelectual e do segredo comercial e industrial.

O presidente da comissão especial do Senado que analisa o texto, Carlos Viana (Podemos-MG), mar-

cou a votação no colegiado para a próxima terça-feira. Segundo ele, não há mais possibilidade de senadores pedirem vista:

- As emendas todas foram contempladas. Eu acredito que na próxima semana a gente vote o relatório e há uma grande chance, inclusive, de ele ser votado em plenário.

Houve também flexibilizações na regulação das ferramentas de IA. Uma das mudanças é a determinação de que o projeto não se aplica aos modelos "antes de serem colocados em circulação no mercado". Ou seja, há menos obrigações para o desenvolvimento de novas aplicações.

**REGRAS MAIS SIMPLES** A nova versão também prevê um regime regulatório simplificado para os casos que envolvam "incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo" e "projetos de interesse público" ou "que atendam as prioridades das políticas industrial, de ciência, tecnologia e inovação" no país. A avaliação preliminar, uma autoanálise feita antes da divulgação de um novo modelo, deixa de ser obrigação e passa a ser uma possibilidade, que será considerada "boa prática". Outros pontos foram mantidos, como a indicação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como coordenadora do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), a ser criado. O texto também muda a classificação de ferramentas de alto risco. Para setores empresariais, a versão anterior era rigorosa demais e inibiria a inovação. Deixam de ser considerados como de alto risco os sistemas usados como tecnologia "intermediária", ou seja, que não influenciem ou determinem decisões. Também não será mais fator de alto risco o fato de a tecnologia ter implementação de larga escala, considerando o número de pessoas afetadas e a extensão geográfica. Gomes concordou

Continuação: Projeto que regula IA deve ser votado na semana que vem

com emenda de Izalci Lucas (PL-DF), que apontou que a maior parte das ferramentas de IA usa grande volume de dados.

Em relação aos algoritmos de redes sociais, não será mais considerada de alto risco a produção de conteúdo por plataformas que visem "maximização do tempo de uso e engajamento das pessoas". Mantém essa classificação, porém, a "curadoria, difusão, recomendação e distribuição" desse tipo de conteúdo.

Acabou a figura do "encarregado" - indicado pela em-

presa para dialogar com as autoridades e os grupos afetados - a fim de "não enrijecer as estruturas corporativas internas de governança". Essa alteração atendeu a emendas dos senadores Marcos Pontes (PL-SP), Marcos Rogério (PL-RO) e Laércio Oliveira (PP-PE).

---



# Moraes 8/1 expõe falência de modelo das plataformas

POLÍTICA



Em julgamento sobre responsabilização de redes, ministro critica autorregulação. AGU muda posição e apoia barrar artigo

MARIANA MUNIZ ma-  
riana.muniz@bsb.oglobo.co m.br BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem que os ataques de 8 de janeiro de 2023 demonstram a "total falência" do sistema de autorregulação das plataformas digitais. A declaração foi dada durante o segundo dia de julgamento na Corte de ações que questionam o modelo de responsabilização das big techs por conteúdos de seus usuários, previsto no artigo 19 do **Marco** Civil da Internet.

Relator de um dos casos, o ministro Dias Toffoli começou a proferir seu voto, mas a conclusão só será feita na próxima quarta-feira, quando a análise será retomada. A afirmação de Moraes ocorreu durante a exposição de argumentos das entidades que participam do julgamento.

- O dia 8 de janeiro demonstrou a total falência do sis-

tema de autorregulação das plataformas, de todas as big techs. É faticamente impossível defender, após o dia 8/1, que o sistema de autorregulação funciona. Falência total e absoluta, instrumentalização e, lamentavelmente, parte de conivência - disse o ministro.

Na avaliação de Moraes, a "falência da autorregulação" se deu porque toda a organização para os ataques de 8 de janeiro ocorreu nas redes sociais. O ministro enfatizou que o julgamento sobre a responsabilidade das plataformas é o mais importante realizado em 2024 pelo STF.

- A Praça (dos Três Poderes) invadida, o STF sendo destruído, o Congresso sendo destruído, as pessoas fazendo vídeo, chamando gente para destruir. E as redes não tiravam nada, tudo monetizado. Não adianta voto, não venham dizendo que isso é ser contra a liberdade de expressão. Tem limite a liberdade de expressão, quando ela coloca em risco a sociedade - afirmou Moraes, citando o filósofo britânico John Stuart Mill. Ao iniciar seu voto ontem, Toffoli afirmou que as redes sociais se alimentam de inverdades e estímulo ao ódio, focando exclusivamente no lucro e impulsionando conteúdos nocivos. Para o ministro, a regra permite que conteúdos prejudiciais permaneçam online por longos períodos, causando danos irreparáveis.

- Aquilo que dá like nas redes sociais não é a verdade, não são as boas ações, não são as redes de ajuda. Ao fim e ao cabo, é de business, é de dinheiro que se trata - disse ele.

O que está em discussão no julgamento iniciado pelo Supremo é o modelo de responsabilização das plataformas pelo conteúdo de terceiros - se e em quais circunstâncias as empresas podem sofrer sanções por conteúdos ilegais postados por seus usuários. Duas

Continuação: Moraes 8/1 expõe falência de modelo das plataformas

das ações tratam especificamente do artigo 19 do **Marco** Civil da Internet, que prevê a "responsabilização por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros" apenas caso a empresa não cumpra determinação judicial para a retirada do conteúdo.

## DEBATE SOBRE REGRA

Também na sessão de ontem, o advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu durante sua sustentação oral a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil, em uma mudança de posição do órgão. Em manifestação entregue aos ministros, embora já defendesse a retirada de conteúdos sem necessidade de ordem judicial, a AGU havia defendido que isso só deveria ocorrer em situações específicas, como em casos envolvendo a proteção à criança e ao adolescente e crimes contra o Estado Democrático.

- O regime inaugurado pelo artigo 19 não deve ser mantido à luz da nossa Constituição - disse Messias.

Com a alteração, o posicionamento é semelhante ao da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que sustentou ontem ser inadequada a criação de exceções para a responsabilização. A entidade é a favor de que o STF considere todo o dispositivo inconstitucional. }

## OPÇÕES PARA RESPONSABILIZAR AS BIG TECHS

### O que diz o Marco Civil

O artigo 19 do **Marco** Civil da Internet, aprovado pelo Congresso em 2014, prevê que as plataformas digitais só podem ser responsabilizadas por danos gerados por conteúdos de terceiros quando não cumprirem decisão judicial para a sua retirada.

### Texto inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal julga a legalidade da regra. Uma possibilidade é a Corte entender que todo o texto do artigo é inconstitucional. Nesse cenário, as plataformas passariam a ser responsáveis por conteúdos publicados por seus usuários.

### Meio termo

Uma alternativa é criar exceções ao regime de responsabilização, com previsão de retirada de conteúdos sem necessidade de ordem judicial em situações específicas, como ataques à democracia ou casos de fraude com uso de perfis falsos, por exemplo.

# Governo altera posição no STF e pede derrubada de artigo do Marco Civil

POLÍTICA



2ª sessão do plenário do Supremo Tribunal Federal Gustavo Moreno  
/Divulgação STF

AGU de Lula defendia antes caminho intermediário, com criação de novas regras que previam exceções para aplicação da legislação, mas mantendo a lei como norma geral

Ranata Galf

SAO PAULO O governo Lula (PT) mudou sua posição no julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) envolvendo a responsabilidade de redes sociais sobre conteúdo de terceiros.

Como tema central da discussão, está o artigo 19 do **Marco Civil** da Internet, que diz que as redes só estão sujeitas a pagar indenização por algo postado por terceiro se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantiverem o conteúdo no ar.

Em sustentação oral, nesta quinta-feira (28), o advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu a inconstitucionalidade da regra, o que a derrubaria.

Em manifestação protocolada no processo, a União havia se posicionado antes por um caminho intermediário, que no jargão jurídico é conhecido como "interpretação conforme a Constituição".

O **Marco Civil** da Internet foi aprovado em 2014, na

gestão de Dilma Rousseff (PT), depois de anos de discussão, marcada por participação pública.

De modo adicional, Messias defendeu que, caso a corte não acatasse a posição de declarar a inconstitucionalidade, fossem adotadas as balizas apontadas no memorial protocolado, que se aproximaria de uma regulação das redes, com uma série de novas regras, e que na prática também seria uma transformação profunda do regime atual.

A posição protocolada oficialmente no processo antes tinha sido debatida no governo, e a mudança pegou de surpresa integrantes de outras pastas.

Segundo a assessoria da AGU, houve uma "evolução da posição" do Órgão a respeito do tema durante o julgamento, que começou na quarta-feira (27).

"Seria muito bom se nós conseguíssemos conferir uma interpretação conforme [a Constituição] ao artigo 19", disse Messias nesta quinta.

"Mas, ouvindo aqui diversos representantes que me antecederam, inclusive de plataformas, que me alertaram corretamente para risco de judicialização e de litigância predatória, quero crer que o regime inaugurado pelo artigo 19 não deve ser mantido à luz da nossa Constituição", completou.

Enquanto uma decisão afirmando que o artigo 19 é constitucional manteria o cenário como está, a declaração de sua inconstitucionalidade o derrubaria, levando o Brasil ao cenário pré-2014, quando não havia regra específica sobre como o Judiciário deveria tratar este tipo de situação.

A regra em vigor teria como intuito proteger a liberdade de expressão e evitar a censura, na medida em que não incentivaria as empresas a removerem

Continuação: Governo altera posição no STF e pede derrubada de artigo do Marco Civil

conteúdos por receio de serem processadas. Ela não impede, por outro lado, que as plataformas apliquem suas próprias regras para removerem conteúdos.

Críticos, porém, dizem que ela incentiva a inércia das redes, ao não dar nenhum estímulo para que atuem.

Uma linha intermediária à declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade seria a "interpretação conforme a Constituição", em que o artigo é mantido, mas ganha nova interpretação pelo Supremo.

Nesse cenário, vários pontos podem ser alvo de discordância entre os ministros, e aumenta a chance de questionamentos ao STF em relação a eventual avanço sobre as atribuições do Legislativo.

Há também quem aponte que, como há uma segunda ação sobre o assunto sendo julgada em conjunto e que trata de caso anterior ao Marco Civil, mesmo com a derrubada do artigo 19 a corte ainda poderia acabar tomando um caminho de impor regras.

Segundo apurou a Folha com integrante do governo, uma interpretação é que a subida de tom da AGU pode ser uma estratégia para facilitar a formação de uma maioria por um voto intermediário.

No memorial apresentado na ação, assinado por Mesias e datado de novembro, a União defendia que o artigo 19 fosse mantido, consistindo em regra geral, mas com o estabelecimento de uma série de exceções à norma geral.

As plataformas poderiam ser responsabilizadas, mesmo sem ordem judicial ou notificação, em caso de crimes contra o Estado democrático de Direito, terrorismo e crimes contra as crianças, entre outros.

Já para perfis falsos, ou "manifesta e deliberada desinformação em matéria de políticas públicas", caberia responsabilização em caso de "omissão", após notificação extrajudicial.

## COP16 da biodiversidade será retomada em fevereiro em Roma

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Encontro tentará concluir acordo de financiamento que ficou em aberto na cúpula realizada na Colômbia

AFP

A COP16, conferência das Nações Unidas sobre biodiversidade, será retomada de 25 a 27 de fevereiro em Roma, Itália, para tentar concluir um acordo de financiamento, objetivo que não foi alcançado em Cali no início do mês.

No dia 2 de novembro, os 196 países membros da convenção da ONU sobre o tema deixaram a mesa de negociações na cidade colombiana sem um acordo sobre o financiamento voltado à proteção da biodiversidade.

A ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Susana Muhamad, e outros participantes participam da plenária de abertura da 16ª cúpula das Nações Unidas sobre biodiversidade (COP16), em Cali

-

Com quase 23 mil participantes, essa foi a maior edi-

ção da cúpula. Ao final, as negociações foram prorrogadas por uma noite, mas mesmo assim a presidência colombiana do evento não conseguiu o consenso necessário.

"Nas próximas semanas, e durante nossa reunião em Roma em fevereiro, trabalharei com as partes para construir a confiança e o consenso necessários para alcançar a paz com a natureza", afirmou Susana Muhamad, ministra do Meio Ambiente da Colômbia, que chefiou a COP16, em um comunicado.

Ela acrescentou que garantir um acordo financeiro "será central para nossos esforços".

O dinheiro foi um tema particularmente delicado nas recentes negociações ambientais da ONU. O tema sempre é contencioso no cenário global, e se torna ainda mais sensível devido às incertezas políticas e econômicas.

Em Baku, no Azerbaijão, os negociadores da COP29, conferência sobre mudança climática do órgão, conseguiram aprovar um acordo na madrugada do último domingo, após duas semanas de disputas caóticas e amargas.

Contudo, a promessa de conceder US\$ 300 bilhões (cerca de R\$ 1,8 trilhão) por ano apresentada pelos países ricos - historicamente os maiores poluidores e responsáveis pelo aquecimento global - foi considerada um insulto pelas nações emergentes. Além de não ter sido definida claramente qual será a origem desse dinheiro, o valor ficou muito abaixo do exigido pelos países pobres, que colocam a cifra necessária na casa do US\$ 1,3 trilhão (R\$ 7,7 trilhões).

Continuação:  
COP16 da biodiversidade será retomada em fevereiro em Roma

## Impasse

A conferência de Cali tinha o objetivo de ampliar os compromissos adotados há dois anos em Montreal, no Canadá, para interromper a destruição voraz da natureza. As metas incluem proteger 30% das áreas terrestres e marinhas, reduzir a poluição e eliminar gradualmente os subsídios agrícolas e de outros tipos que são prejudiciais à natureza.

Com este propósito, em 2022 foi acordado que US\$ 200 bilhões seriam destinados por ano para proteger a biodiversidade até 2030, incluindo a transferência de US\$ 30 bilhões por ano dos países ricos para os países pobres.

A reunião de Cali obteve progressos na representação indígena e na distribuição de benefícios relacionados aos **recursos** genéticos derivados da natureza e de conhecimentos tradicionais. Contudo, os

negociadores, em sua maioria divididos entre blocos de países pobres e ricos, entraram em um impasse sobre o principal imbróglio: elaborar um plano detalhado de financiamento.

Os relatórios mais recentes sobre o estado da biodiversidade mostram que mais de um quarto das plantas e animais avaliados estão em perigo de extinção.

Apenas 17,6% das áreas terrestres e águas continentais e 8,4% dos oceanos e áreas costeiras estão protegidos e conservados.

Das mais de 166 mil espécies vegetais e animais sob monitoramento da União Internacional para a Conservação da Natureza, quase 46 mil estão em risco de extinção.



# STF suspende sessão sem apresentar votos sobre responsabilidade das redes por postagens de usuários

GLOBO REPÓRTER



Sessão desta quinta-feira (28) foi marcada pela discussão sobre o papel das redes sociais na retirada de conteúdos dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

A sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) foi adiada nesta quinta-feira () sem uma conclusão para o julgamento que avalia se há responsabilidade das redes sociais pelos conteúdos publicados por usuários.

Na prática, os ministros vão determinar se as plataformas podem ser condenadas ao pagamento de indenização por danos morais por não terem retirado do ar postagens irregulares, mesmo sem uma ordem prévia da Justiça.

Nesta quinta, os ministros ouviram especialistas e começaram a apresentar os votos, com a manifestação do relator de um dos processos, Dias Toffoli.

Toffoli disse que seu voto volta na semana que vem com um item que trata "da necessária regulação suficiente da internet". No fim da sessão desta quinta, o ministro ressaltou a necessidade de atualização do , especialmente na parte que trata da responsabilidade dos provedores (veja detalhes mais abaixo). Porém, ele não concluiu o voto antes do adiamento. O julgamento será retomado na próxima quarta-feira (),

com a conclusão do voto de Toffoli e a manifestação do segundo relator, Luiz Fux. Em seguida, votarão os demais ministros.

A sessão desta quinta-feira () teve um debate, entre os ministros, sobre o papel das plataformas digitais em relação ao conteúdo publicado no dia de janeiro.

A questão surgiu a partir da manifestação do ministro da Advocacia-Geral da União Jorge Messias. Ao apresentar os argumentos da AGU no caso, Messias citou o que ocorreu no de janeiro de . Em meio à depredação das sedes dos Três Poderes, Messias lembrou que teve que fazer pedidos ao ministro Alexandre de Moraes para que fosse determinada a retirada de conteúdos das redes sociais, que transmitiam a invasão aos prédios públicos. O ministro da AGU lembrou que apenas com a decisão de Moraes as plataformas digitais tomaram providências.

"Estamos tratando de algo maior, da própria sobrevivência do Estado Democrático de Direito", afirmou Messias.

O advogado-geral da União argumentou ainda que há um ambiente de "infodemia", que traz prejuízos econômicos e à qualidade da democracia.

Após a fala de Messias, o ministro Alexandre de Moraes - relator de processos relativos ao de janeiro - também falou sobre os atos antidemocráticos. Para ele, não é possível defender que as redes estabeleçam, por si sós, critérios de remoção de postagens.

"O dia de janeiro demonstrou a total falência do sistema de autorregulação de todas as redes, de todas as big techs", afirmou Moraes.

"É faticamente impossível defender, após o dia de janeiro, que o sistema de autorregulação funciona. Fa-

Continuação: STF suspende sessão sem apresentar votos sobre responsabilidade das redes por postagens de usuários

lência total e absoluta. Instrumentalização e, lamentavelmente, parte de convivência", completou.

Moraes ressaltou que os ataques foram organizados pelas redes e que os criminosos incitavam, em transmissões ao vivo, outras pessoas a participar da destruição.

"Por que digo de falência? Falência porque tudo foi organizado pelas redes, ou parte das redes. Todos se recordam aqui, a festa da Selma. Selma, mulher de um dos generais investigados. Depois, no dia, a Praça dos Três Poderes invadida, o Supremo sendo destruído, o Palácio do Planalto, as pessoas fazendo vídeo, postando nas redes sociais, chamando gente para destruir. E as redes sociais não retiraram nada. Por quê? Like em cima de like, sistema de negócio, monetização... Então, se não fosse pela falência em virtude da organização anterior, foi pela instrumentalização e convivência no dia que se demonstra que autorregulação não funcionou. E não venham - não adiantando voto - não venham dizer que isso é contra a liberdade de expressão", completou, ressaltando que se trata de um dos julgamentos mais importantes do ano.

Na sequência, a ministra Cármen Lúcia lembrou o caso do homem que detonou explosivos em frente ao Supremo, no último dia .

"Este último episódio em frente ao nosso prédio também estava nas redes. A postagem da pessoa atacando o supremo, dizendo que ia fazer alguma coisa e não se conseguiu nem ver, nem vislumbrar, nem nada. O que tivemos foi aquela noite com um ato trágico. Trágico institucionalmente, pessoalmente e de toda natureza".

Moraes ressaltou que não é possível usar o argumento de que é impossível, tecnologicamente, realizar o controle.

"E não se diga que tecnologicamente não é possível. Porque em relação - sabemos todos - à pornografia in-

fantil, pedofilia e **direitos** autorais, a inteligência artificial e os algoritmos retiram, antes de um like, % das postagens, e os % seguintes são encaminhados à comissão de seres humanos. Então, é possível tecnologicamente. O que não houve e não vem havendo é empenho", declarou.

Ao iniciar seu voto, o ministro Dias Toffoli afirmou que o artigo da lei do , que está em análise no julgamento, dá uma imunidade às redes sociais.

"Só surge a responsabilidade civil após ordem judicial e o descumprimento da ordem. Se a ordem judicial é cumprida, não há que se pagar dano nenhum. Se dá de ombros. Aquilo pode ter ficado um ano, dois anos - o que já é uma eternidade na **internet** - sem nenhuma reparação posterior. Porque a responsabilidade, pelo artigo , só surge se descumprir a decisão judicial. Se cumpre a decisão judicial, não há responsabilidade. É disso que se trata".

"O que é ilícito no mundo real, é ilícito no mundo virtual. o que é lícito no mundo real, é lícito no mundo virtual. ponto, simples assim. Não precisaria nem de lei específica para se aplicar o Direito", completou.

Segundo Toffoli, as redes sociais se alimentam de "inverdades, de estímulo ao ódio, de estímulo a todo tipo de situação ilícita".

"Aquilo que dá like nas redes sociais não é a verdade, não são as boas ações, não são as redes de ajuda. Infelizmente, o que dá like e impulsionamento, mais marketing, mais publicidade, mais ganho... e, ao fim e ao cabo, é de business, de dinheiro que se trata. Não há interesses aí outros que não o lucro".

Os ministros julgam dois recursos que discutem a possibilidade de que redes sociais sejam responsabilizadas por danos criados pelos conteúdos de usuários publicados nestas plataformas, mesmo sem terem recebido antes uma ordem judicial para a retirada das postagens irregulares.



Continuação: STF suspende sessão sem apresentar votos sobre responsabilidade das redes por postagens de usuários

Ou seja, a questão é saber se estes aplicativos podem ser condenados ao pagamento de indenização por danos morais por não terem retirado do ar postagens ofensivas, com discursos de ódio, fake news ou prejudiciais a terceiros, mesmo sem uma ordem prévia da Justiça neste sentido.

Os casos envolvem a aplicação de um trecho do . A lei, que entrou em vigor em funciona como uma espécie de Constituição para o uso da rede no Brasil - estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para usuários e empresas.

Em um de seus artigos, ela estabelece que as plataformas digitais só serão responsabilizadas por danos causados por conteúdos ofensivos se, depois de uma ordem judicial específica, não tomarem pro-

vidências para retirar o material do ar.

A questão envolve como as plataformas devem agir diante de conteúdos criados por usuários que ofendem direitos, incitam o ódio ou disseminam desinformação.

A Corte deverá elaborar uma tese, a ser aplicada em processos sobre o mesmo tema nas instâncias inferiores da Justiça.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, há pelo menos casos com o mesmo conteúdo aguardando um desfecho no Supremo.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 5, 7, 15

**Marco Civil**

3, 9, 11

**Software**

5

**Propriedade Intelectual**

7

**Pirataria | Biopirataria**

13